**Nota de Apresentação**

*O ano de 2019 será marcado pelo início do processo de preparação do próximo período de programação europeia (2021-2027). A AMAL, à semelhança do que sucedeu em anteriores Quadros Comunitários de Apoio, não deixará de procurar veicular os interesses dos municípios para estes instrumentos. Neste sentido a AMAL muniu-se de um plano designado "Algarve 2030, na perspetiva dos municípios", onde procura concertar uma estratégia de desenvolvimento para a região na próxima década.*

*O próximo ano será também o ano de efetivação do concurso de atribuição a um operador privado do serviço público de transporte rodoviário de passageiros de âmbito intermunicipal que reputamos de grande interesse regional. Será, ainda, o ano que a AMAL se deverá afirmar como efetiva Autoridade Regional de Transportes. Continuaremos a promover a mobilidade e a descarbonização dos transportes.*

*Preocupados com o longo prazo, mas a exigir atuações no curto e médio prazo, 2019 será o ano para iniciar a concretização do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC). Este Plano visa dotar os municípios abrangidos pelo território da AMAL de estratégias de adaptação às ameaças concretas decorrentes da degradação ambiental que ameaça o planeta.*

*Em parte justificado pelos flagelos dos fogos florestais do ano anterior foi acometida às Comunidades Intermunicipais (CIM) responsabilidades na área da defesa das florestas e do meio rural.* Em particular *a região algarvia dispõe de condições estruturais propícias à ocorrência e desenvolvimento de incêndios florestais, pelo que se justifica a aposta neste domínio. Neste sentido, constituiu-se o Gabinete Florestal da AMAL e foi lançado um concurso para a constituição de brigadas de sapadores florestais. No âmbito de uma candidatura POCTEP 2014-20 somos parceiros do projeto CILIFO - Centro Ibérico para a Investigação e Luta contra Incêndios Florestais, que pretende dotar o Algarve de infraestruturas e equipamentos, de uso partilhado com o Baixo Alentejo e a província de Andaluzia, com vista a promover e ampliar a cooperação transfronteiriça para o combate aos incêndios florestais, bem como potenciar a formação e partilha de conhecimentos no âmbito desta temática.*

*Para além destas áreas iremos aprofundar as atividades que vêm de anos anteriores como a contratualização no âmbito do CRESC Algarve, o Algarve Digital, o Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos (PADRE), a Rede InvestAlgarve, a Central de Compras, a Formação Profissional, entre outras atividades a que progressivamente temos vindo a intervir.*

***J. J. Brandão Pires ( 1º Secretário da AMAL )***

**Índice**

[1. Algarve 2030 2](#_Toc527220291)

[2. Autoridade de Transportes 3](#_Toc527220292)

[3. Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas 4](#_Toc527220293)

[4. AlgarveMaisDigital - Modernizar e Capacitar a Administração 5](#_Toc527220294)

[5. PO CRESC ALGARVE 2020 - Contratualização 6](#_Toc527220295)

[6. Rede Regional de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Algarve (Rede INVESTALGARVE) 7](#_Toc527220296)

[7. Central de Compras 8](#_Toc527220297)

[8. Formação e Valorização de Ativos 9](#_Toc527220298)

[9. Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal 10](#_Toc527220299)

[10. Brigada de Sapadores Florestais 11](#_Toc527220300)

[11. Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos (PADRE) 12](#_Toc527220301)

[12. EUROVELO – EV1 – Projeto Atlantic on Bike 13](#_Toc527220302)

[13. Revitalização das Áreas Empresariais do Algarve (REVIT+) 14](#_Toc527220303)

[14. CILIFO - Centro Ibérico para a Investigação e Luta Contra Incêndios Florestais 15](#_Toc527220304)

[15. Centro Magalhães para o Empreendedorismo de Industrias Culturais e Recreativas 16](#_Toc527220305)

1. Algarve 2030

Preparar o Algarve para responder aos desafios da próxima década é um dos desafios para que a AMAL se propõe contribuir. Para tal preparou um documento designado "O Algarve 2030 na perspetiva dos municípios". Neste documento advoga-se: "Fazer do Algarve uma das regiões mais desenvolvidas do país e da Europa, dotada de recursos humanos qualificados. Com uma economia dinâmica e sustentável. Uma região competitiva externamente e coesa internamente. Uma região que preserva os valores ambientais e preparada para enfrentar os desafios das alterações climáticas. Uma região que conduz os seus próprios destinos e valoriza a sua identidade".

É um caminho ambicioso, mas o sentido do percurso é este. Há obstáculos a remover. Há recursos a mobilizar. Há exigências de qualidade que têm de ser postas na ordem do dia. Haverá que chegar a consensos sobre uma Estratégia Regional. Provavelmente haverá que estabelecer um Pacto Regional para a forma de governança e para as prioridades em infraestruturas na próxima década. De forma a que seja defendida por todos na região independentemente de quem esteja no poder em cada momento.

**Principais atividades a desenvolver:**

* 1. Apresentar o contributo regional para o Plano Nacional de Infraestruturas (PNI);
  2. Promover um Pacto Regional para as Infraestruturas e Redes, que defina o que a Região necessita para os próximos dez anos e que responda a questões como: onde? Com que calendário? Quais os custos? Qual a forma de financiamento?;
  3. Elaborar propostas sobre os principais instrumentos de ordenamento do território na região, designadamente o PROT e os POOC;
  4. Enquadrar com base neste documento estratégico as propostas da AMAL nos diversos domínios de intervenção.

1. Autoridade de Transportes

Com a entrada em vigor do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros (RJSPTP), aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, que veio atribuir aos Municípios e às entidades intermunicipais competências em matéria de organização, exploração, atribuição, investimento, financiamento e fiscalização do serviço público de transporte de passageiros, a AMAL constituiu-se como Autoridade Intermunicipal de Transportes. Também no âmbito deste regime jurídico, treze dos Municípios que integram a AMAL, delegaram-lhe as suas competências enquanto Autoridades Municipais de Transportes.

Neste contexto, torna-se necessário atribuir a um operador privado o serviço público de transporte rodoviário de passageiros de âmbito intermunicipal e de âmbito municipal, cujo contrato deverá entrar em vigor até ao dia 3 de dezembro de 2019.

Para o efeito, prevê-se que o respetivo procedimento para aquisição de serviços ou para concessão do serviço público de transporte de passageiros decorra durante grande parte do ano de 2019, de modo a cumprir o prazo acima mencionado.

**Principais atividades a desenvolver:**

1. Iniciar o contrato de aquisição/concessão do serviço público de transporte rodoviário de passageiros até ao dia 3 de dezembro de 2019;
2. Criar uma imagem/marca para o serviço público de transporte rodoviário de passageiros do Algarve;
3. Definir uma estratégia de comunicação e marketing para o serviço público de transporte de passageiros.
4. Elaborar um Plano Intermunicipal de Segurança Rodoviária;
5. Prestar informação ao público sobre o sistema de transportes – Plataforma;
6. Elaborar estudo sobre o tarifário intermodal;
7. Criar condições para o funcionamento do observatório do sistema de transportes – monitorizar a oferta e a procura;
8. Elaborar um guião de orientações técnicas para a uniformização dos projetos de construção e requalificação de infraestruturas cicláveis.
9. Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas

O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da AMAL visa dotar os municípios abrangidos pelo território da AMAL de estratégias municipais e intermunicipais de adaptação às alterações climáticas.

A sua elaboração, alinhada com os objectivos da Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas e com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020), decorreu durante ano de 2018, de acordo com as 7 fases da proposta técnica adjudicada ao consórcio liderado pela FCiências.ID – Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, composto ainda pela Universidade do Algarve e pela Bentley Systems International Limited – Sucursal em Portugal, Lda., a saber:

· Fase 0 – Preparação dos trabalhos;

· Fase 1 – Identificação e avaliação de vulnerabilidades atuais;

· Fase 2 – Identificação e avaliação de vulnerabilidades futuras;

· Fase 3 – Identificação das opções de adaptação;

· Fase 4 – Avaliação das opções de adaptação;

· Fase 5 – Integração das opções de adaptação com proposta de plano de monitorização;

· Fase 6 – Compilação dos resultados obtidos. Elaboração do Plano de Ação.

O co-financiamento é assegurado em 85% pelo Fundo de Coesão, fruto de uma candidatura aprovada no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR). Esta candidatura, cujo investimento elegível é de 477,7 mil euros, compreende ainda, para além da elaboração do PIAAC-AMAL, a elaboração e execução de um plano de comunicação associado a esta operação, com conclusão prevista para 2019, e a realização de 2 seminários destinados ao público em geral. A parte remanescente do investimento (15%) é assegurada pelos municípios.

**Principais atividades a desenvolver:**

1. Concluir as ações do plano de comunicação;
2. Realizar o seminário final de apresentação do Plano;
3. Promover a execução do Plano.
4. AlgarveMaisDigital - Modernizar e Capacitar a Administração

Os municípios têm respondido à necessidade crescente de prestarem serviços cada vez mais variados e complexos, tirando partido da evolução das tecnologias de informação e de comunicação (TIC). Atenta à importância de uma contínua modernização administrativa, a AMAL e os 16 municípios do Algarve são beneficiários do projeto #AlGARVEMAISDIGITAL, o qual foi aprovado em abril de 2017 no Programa Operacional CRESC ALGARVE 2020.

A operação envolve um investimento global de cerca de 2,2 milhões de euros, com cofinanciamento FEDER a 80%, visando aprofundar a simplificação e desmaterialização de processos, numa lógica de harmonização entre os vários municípios da região e consolidar os investimentos feitos na disponibilização de serviços públicos integrados online, através de novas plataformas de interação com os munícipes, empresas e visitantes.

O projeto é composto por quatro grandes componentes:

* **Gestão de processos** – Conjunto de atividades de reengenharia e arquitetura de processos em áreas específicas dos serviços municipais como o atendimento, o arquivo e digitalização de documentos, a gestão de ocorrências e a gestão de eventos, numa lógica de simplificação e desmaterialização dos processos.
* **Comunicação** - Esta componente foca-se na disponibilização de novas ferramentas de interação com os munícipes, agentes económicos e turistas, através da criação de plataformas eletrónicas supramunicipais para as áreas da gestão de ocorrências e de eventos e do desenvolvimento de novos portais municipais mais interativos e compatíveis com dispositivos móveis;
* **Imagem e divulgação** – Destinada à criação de uma imagem corporativa, à implementação de ações de promoção e divulgação das atividades do projeto e à realização de um seminário de partilha de experiências e boas práticas a nível nacional;
* **Gestão do projeto –** Coordenação da execução física e financeira da candidatura e representação da parceria junto da Autoridade de Gestão do CRESC ALGARVE 2020.

**Principais actividades a desenvolver:**

1. Concluir a execução do contrato para o “Desenho da Arquitetura do Modelo Supramunicipal da Gestão de Processos” e monitorizar a sua implementação;
2. Criação de plataformas supramunicipais para a gestão de ocorrências e de eventos;
3. Desenvolvimento do portal intermunicipal compatível com dispositivos móveis;
4. Desenvolvimento da imagem corporativa do projeto.
5. PO CRESC ALGARVE 2020 - Contratualização

Em 2015 a Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, homologou a proposta de delegação de competências da autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Algarve na AMAL. Em Março de 2016 foi celebrado o contrato através do qual foram transferidas para a AMAL competências de gestão administrativa e técnica, no âmbito das seguintes prioridades de Investimento:

| **Prioridades de Investimento** | **Tipologia de Ações** | **Montante**  **FEDER (\*)** |
| --- | --- | --- |
| 4.5 - Promoção de Estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação das emissões de carbono | Investimento em modos suaves (designadamente, bicicleta para uso público (sempre que não se encontrem respostas no mercado) e as ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal | **2.000.000 €** |
| 8.9 - apoio ao crescimento prepício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a reconversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade | • Estratégias de marketing e revitalização territorial;  • Criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação, assente numa lógica de recriação” de produtos endógenos, conceção de novos produtos, design e marketing inovador para produtos locais (por ex. Programa de Aldeias, Rota Vicentina, Rota Algarviana, Puro Algarve);  • Intervenções integradas de requalificação dos espaços, incluindo áreas comunitárias e bens públicos, enquanto investimentos âncora ligados aos recursos endógenos;  • Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos, incluindo a certificação e denominação de origem e a aposta em novos canais de distribuição;  • Desenvolvimento de atividades turísticas associadas ao território;  • Estas ações serão articuladas com as ações das PI 6.3, 9.6 e 9.10, assim como, com os instrumentos mobilizados nas prioridades de investimento do domínio da competitividade (e.g. Sistemas de incentivos). | **8.000.000 €** |
| 9.7 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através de melhor acesso aos serviços sociais, culturais de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária | **Saúde**  Apoio a unidades de saúde móvel em articulação com a ARS (unidades equipadas para a prestação de serviços de saúde em territórios de baixa densidade em serviços de proximidade a públicos específicos (idosos, populações rurais, etc) | **3.250.000 €** |
| **Apoio Social**  Apoio a projetos de investimento de melhoramento e qualificação de infraestruturas e equipamentos da rede de equipamentos es erviços de promoção do desenvolvimento social de modo a melhorar as respostas/serviços existentes adaptando-os às necessidades atuais ou criando respostas inovadoras;  Apoio a sistemas de informação que promovam o funcionamento das instituições de forma mais próxima dos cidadãos. |
| 10.5 - Investimento no ensino, na formação e na formação profissional e nas competências e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas de formação e ensino | Investimentos em infraestruturas e equipamentos no 1º ciclo e pré-escolar para acabar com o regime duplo (entende-se por regime duplo, garantir uma sala de aula por cada turma);  Investimento em infraestruturas e equipamentos para o 2º e 3º ciclo visando dar prioridade à melhoria de infraestruturas em que o estado de conservação não responde ás exigências atuais | **10.475.000 €** |
| **TOTAL** | | **23.725.000€** |

**Principais atividades a desenvolver:**

1. Gestão pelo Secretariado Técnico-AMAL do PO CRESC ALGARVE 2020 do investimento contratualizado (cerca de 24 milhões de euros).
2. Rede Regional de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Algarve (Rede INVESTALGARVE)

A Rede Regional INVESTALGARVE é uma parceria à escala regional entre entidades públicas e privadas, promovida pela AMAL, criada em 2015, para o desenvolvimento de um trabalho de articulação, de facilitação e de estímulo à atividade económica na região, de acordo com um plano de ação que resultou de um diagnóstico efetuado e que caracterizou o tipo de apoio que cada entidade presta no desenvolvimento da atividade económica da região.

**Principais atividades a desenvolver:**

1. Continuar a promover a articulação entre os vários atores regionais em matéria de apoio ao desenvolvimento económico na região;
2. Continuar a desenvolver uma política de comunicação e divulgação do INVESTALGARVE, com a realização de ações de capacitação dos agentes da Rede, com a promoção de atividades dirigidas aos empresários e potenciais investidores na região e com a produção de informação relativa a oportunidades e tendências de mercado e políticas de desenvolvimento económico.
3. Central de Compras

A Central de Compras da AMAL tem como atividade principal a celebração de acordos quadro de bens ou serviços através dos quais são definidas as regras principais de contratação entre as empresas selecionadas e as entidades aderentes, nomeadamente, preços máximos, critérios de adjudicação e bens ou serviços a adquirir, para posteriormente se realizar um procedimento de aquisição.

A Central de Compras conta com todos os Municípios do Algarve, 12 empresas municipais e regista um volume contratado de cerca de **66,9 milhões de euros**.

**Acordos Quadro**

* Unidades de Saúde Móveis de Proximidade (1)
* Locação de stands, tendas, palcos e outro equipamento (1)
* Contadores de águas e sistemas de telemetria (1)
* Combustíveis rodoviários (1)
* Refeições escolares (1)
* Energia elétrica (1)
* Gás natural, botija e a granel (2)
* Papel (2)

(1) Acordos quadro em vigor ou a renovar;

(2) Acordos quadro a celebrar;

**Principais actividades a desenvolver:**

1. Celebrar e renovar Acordos Quadro;
2. Realizar leilões eletrónicos;
3. Realizar reuniões bimensais da Comissão de Acompanhamento;
4. Realizar reuniões bimensais com as Empresas Municipais.
5. Formação e Valorização de Ativos

**Formação**

A AMAL, desde 2003, que é entidade formadora acreditada e desde então tem vindo a desenvolver diversos projetos de formação, cujo principal objetivo é contribuir para uma maior eficiência e qualidade dos serviços prestados, através da qualificação dos funcionários das autarquias. Até ao momento realizámos mais de 750 ações de formação, nas quais participaram mais de 13 500 formandos.

Em 2019 prevê-se continuar a desenvolver cursos de formação e, paralelamente, implementar uma plataforma de gestão integrada de formação, no sentido de agilizar todo o processo inerente ao desenvolvimento de cursos de formação presencial e promover cursos na modalidade *e-learning* e *b-learning*.

**Seminários/Workshops**

A AMAL é, desde sempre, uma comunidade proativa que procura as melhores soluções para as questões que se colocam não só aos seus associados, mas também, as inerentes à sua razão de ser. A velocidade da mudança e a alteração dos paradigmas existentes colocam a todas as entidades intermunicipais desafios comuns que devem ser objecto de debate, de divulgação de boas práticas e de promoção de soluções.

**SANQ - Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação intermédia**

No âmbito do protocolo celebrado entre a AMAL e a Agência Nacional para a Qualificação Profissional, e tendo por base o estudo que a AMAL desenvolveu, vamos promover em parceria com as entidades envolvidas, o planeamento, concertação e elaboração da proposta de rede de cursos profissionais para o ano lectivo 2018/2019.

**Principais actividades a desenvolver:**

1. Realizar 30 ações de formação e implementar uma plataforma de gestão;
2. Realizar três seminários e um workshop durante o ano de 2019;
3. Garantir a elaboração da proposta de rede de cursos profissionais 2019/2020 até 15 de julho.
4. Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 27 de outubro, congrega um conjunto de disposições tendentes à melhoria do sistema de defesa da floresta, agrupando as medidas em 4 eixos fundamentais: reformar o modelo, reforçar a segurança das populações, aumentar a resiliência do território e qualificar e capacitar os agentes de proteção civil integrados no SGIFR (Sistema de Gestão de Incêndios Florestais e Rurais). O referido diploma legal enfatiza no capítulo referente ao aumento da resiliência do território que se pretende “promover uma nova lógica de intervenção no território florestal, criando Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais, alterando o patamar territorial de planeamento e dando capacidade de intervenção pública através da criação de Brigadas Especiais de Sapadores Florestais com competências, nomeadamente, no âmbito de ações de silvicultura preventiva e de intervenção e emergência pós-fogo”.

Esta disposição releva a importância que as Comunidades Intermunicipais (CIM) passarão a ter no âmbito do sistema, visando claramente o reforço da sua influência e da sua operacionalidade na promoção de políticas de carácter regional para a área da defesa das florestas e do meio rural.

**Principais atividades a desenvolver:**

1. Acompanhamento das políticas florestais;
2. Promover a articulação e compatibilização dos instrumentos de planeamento de âmbito municipal;
3. Acompanhar e promover a transposição homogénea dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Florestais (PDM);
4. Promover a articulação e funcionamento integrado dos GTF municipais;
5. Acompanhamento dos Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDFCI) e Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);
6. Identificação, para efeito de planeamento e intervenções integradas de âmbito florestal à escala intermunicipal, de unidades de planeamento e gestão;
7. Produção e disponibilização de informação agregada de âmbito florestal nomeadamente cartográfica;
8. Outras atividades que sejam solicitadas pelo ICNF, em articulação com a entidade intermunicipal;
9. Ações de formação no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG);
10. Difusão de informação de âmbito florestal junto dos GTF municipais;
11. Preparar e executar ações de planos de fogo controlado à escala intermunicipal;
12. Preparar e executar ações de sensibilização à escala intermunicipal.
13. Brigada de Sapadores Florestais

A região algarvia dispõe de condições estruturais propícias à ocorrência e desenvolvimento de incêndios florestais. Trata-se de uma área relativamente vasta com uma ocupação significativa por espaços florestados e consequentemente com níveis de risco de incêndio não desprezáveis. Deve realçar-se a clara dicotomia entre o litoral urbano e a zona serrana de características vincadamente rurais, sendo aqui que a orografia é também mais propícia ao desenvolvimento de incêndios de grandes proporções.

No seguimento destas características e do que também foi exposto no item anterior foi lançado um concurso para atribuição de brigadas de sapadores florestais (1 brigada integra 3 equipas), priorizando-se as CIM como parceiros responsáveis pela gestão destas estruturas operacionais.

A Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), enquanto estrutura Intermunicipal que agrega a totalidade dos municípios do distrito de Faro, compreendendo a importância da temática, no cumprimento das suas atribuições e dos seus objetivos estratégicos e dando continuidade ao esforço de envolvimento que vem desenvolvendo ao longo do tempo, associou-se a este movimento nacional e promoveu a sua candidatura.

A criação da brigada visa contribuir para a diminuição do risco de incêndio através do exercício de atividades de silvicultura e defesa da floresta.

**Principais atividades a desenvolver:**

1. Intervir prioritariamente no âmbito da instalação e manutenção da rede primária de defesa da floresta contra incêndios;
2. Intervir prioritariamente nas ações de consolidação e pós fogo;
3. Intervir prioritariamente nas ações de estabilização de emergência;
4. Aumentar a área de intervenção com ações de redução de combustível;
5. Reforçar a vigilância armada antes e pós incêndio e a primeira intervenção em incêndios nascentes.
6. Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos (PADRE)

Este plano é um dos instrumentos de planeamento do Programa Operacional CRESC ALGARVE 2020. É promovido pela AMAL e fixa as tipologias de investimento público municipal para os territórios das três DLBC rurais existentes na região, promovidas pela Associação Terras do Baixo Guadiana, Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste e Associação In Loco, com base em três recursos endógenos a potenciar: (i) produtos locais de qualidade; (ii) património natural e; (iii) património cultural.

**Principais actividades a desenvolver:**

1. Exercer a coordenação e monitorização da sua execução;
2. Avaliar o impacto da concretização do Plano em articulação com as Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) promovidas pelas DLBC rurais;
3. Garantir uma adequada articulação da gestão e acompanhamento do PADRE com a estrutura de gestão e organização da EIDT-AMAL 2014 - 2020;
4. Garantir uma articulação entre a AMAL e as estruturas diretivas dos Grupos de Ação Local (GAL) visando a criação de condições institucionais para o bom prosseguimento da implementação do Plano, nomeadamente, no que se refere à necessária articulação tripartida entre AMAL, municípios e os GAL;
5. Promover reuniões conjuntas com os pontos focais do PADRE;
6. Desenvolver e gerir um sistema de monitorização do PADRE;
7. Assegurar um elevado nível de articulação operacional entre as intervenções do PADRE e a execução das EDL;
8. Elaborar com uma periodicidade um relatório com o ponto de situação de cada operação e do conjunto do Plano sinalizando os resultados alcançados e os aspetos críticos, bem como a proposta de medidas preventivas e corretivas de obstáculos/bloqueios identificados;
9. Realização de ações de comunicação a desenvolver no decurso da implementação do Plano e na sua conclusão.
10. EUROVELO – EV1 – Projeto Atlantic on Bike

A AMAL participa numa candidatura na área do cicloturismo que integra 6 países do espaço Atlântico: Espanha, França, Irlanda, Noruega, Portugal e Reino Unido.

Considerando a abrangência das atividades previstas, bem como a necessidade de garantir uma execução em rede, em representação de Portugal, foram designados como beneficiários a AMAL e a Região de Turismo do Algarve (RTA).

A candidatura envolve um montante total de 4.585.000 euros, sendo que 351.000 euros correspondem ao montante global para o Algarve a executar nos próximos 3 anos (2018-2020).

Caberá à AMAL a execução de uma despesa de cerca de 176.000 euros (cofinanciamento Interreg Atlântico a 75% e municípios a 25%).

As tipologias de despesa previstas são:

* Coordenação do projeto, monitorização e avaliação;
* Comunicação - website EuroVelo1 e definição de uma estratégia de marketing internacional;
* Certificação EuroVelo, formação e planos de ação local;
* Trabalho em rede para a promoção de dinâmicas turísticas - definição de uma estratégia para criação de oferta turística complementar;
* Promoção da EV1 e do património da zona Atlântica como um destino turístico de excelência - sinalética, instalação de contadores, aluguer de bicicletas elétricas e transportes intermodais.

**Principais actividades a desenvolver:**

1. Realização de uma auditoria de certificação da rota EuroVelo 1;
2. Instalações de contadores de bicicletas ao longo da rota;
3. Criação de uma ferramenta de planeamento de viagens;
4. Instalação de sinalética.
5. Revitalização das Áreas Empresariais do Algarve (REVIT+)

No âmbito do Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC), com enquadramento no Programa Operacional CRESC ALGARVE 2020, o NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve, a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve e a CCDR Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, aprovaram uma candidatura para o cofinanciamento do projeto Algarve Revit+, que visa a revitalização das áreas empresariais do Algarve, através do reforço da capacitação e da promoção das PME´s instaladas nessas áreas, num modelo de gestão e de marketing inovadores. A revitalização das áreas empresariais será enquadrada numa lógica coletiva, através da criação da Rede de Áreas Empresariais do Algarve.

No quadro deste projeto, que decorre até 2019, a AMAL é responsável pela elaboração do estudo de identificação dos fatores críticos de competitividade das Áreas de Acolhimento Empresarial do Algarve e pela realização de uma sessão pública de apresentação dos resultados daquele estudo, ações que decorreram em 2018.

Durante o ano de 2019, a AMAL far-se-á representar nas diversas atividades em execução do projeto por parte dos restantes parceiros, divulgando os resultados do estudo de identificação dos fatores críticos de competitividade das Áreas de Acolhimento Empresarial do Algarve.

**Principais actividades a desenvolver:**

1. Divulgar os resultados do estudo de identificação dos factores críticos de competitividade das Áreas de Acolhimento Empresarial do Algarve.
2. CILIFO - Centro Ibérico para a Investigação e Luta Contra Incêndios Florestais

Trata-se de uma candidatura POCTEP 2014-20 que visa, através de uma atuação concertadas, potenciar a rede estratégica nacional de protecção civil, definida pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, para dotar a Região do Algarve de infraestruturas e equipamentos, de uso partilhado com o Baixo Alentejo e a província de Andaluzia, com vista a promover e ampliar o crescimento da cooperação transfronteiriça para o combate aos incêndios florestais, bem como potenciar a formação e partilha de conhecimentos no âmbito desta temática.

A candidatura, que envolve um investimento global de cerca de 25 milhões de euros (cofinanciado a 75%), resulta de uma parceria de quinze entidades de três regiões, com o seguinte investimento:

* Algarve – 3.725.000€
* Alentejo – 1.189.997€
* Andaluzia – 19.751.664€

**Principais atividades a desenvolver:**

1. Elaborar um plano de capacitação, formação e certificação de competências que sirva o objectivo de dotar as diferentes instâncias e níveis de decisão com os conhecimentos e técnicas que contribuam para consolidar a rede estratégica transfronteiriça de protecção civil.
2. Centro Magalhães para o Empreendedorismo de Industrias Culturais e Recreativas

Projeto formalizado através de uma candidatura apresentada em 2018 ao Programa INTERREG V A, pela Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), conjuntamente com mais 10 parceiros espanhóis e portugueses, cujo objetivo principal é estabelecer uma rede de cooperação transfronteiriça para a criação do Centro de Empreendedorismo das Industrias Criativas e Culturais – Centro Magalhães, que visa criar um ecossistema empreendedor que permita impulsionar a criação e a difusão de uma oferta cultural inovadora na Eurorregião Alentejo – Algarve - Andaluzia.

O investimento associado à AMAL é de 150 mil euros, a executar entre 2019 e 2021, comparticipado em 75% pelo FEDER.

**Principais atividades a desenvolver:**

1. Execução de um programa de capacitação, através da realização de 6 eventos de apresentação e aperfeiçoamento de ideias e de capacitação de potenciais empreendedores, no domínio das indústrias criativas e culturais;
2. Elaboração de um guia de apoio ao empreendedor cultural;
3. Criação e colocação em funcionamento do observatório transfronteiriço das indústrias criativas e culturais;
4. Feira de inovação cultural, evento de mostra e divulgação de projectos e produtos das indústrias criativas e culturais da Eurorregião Alentejo – Algarve – Andaluzia.